



## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB  
Coordenação de Logística  
Divisão de Licitações

PROCESSO Nº 23282.504655/2019-57  
Pregão Eletrônico nº 29/2019

Redenção/CE, 14 de fevereiro de 2020.

### **DECISÃO DE RECURSO**

**Assunto:** Resposta ao recurso impetrado pela Empresa I S M GOMES DE MATTOS EIRELI, CNPJ sob o nº. 04.228.626/0001-00.

#### **1. DAS PRELIMINARES**

Trata-se da análise do recurso interposto tempestivamente pela empresa I S M GOMES DE MATTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.228.626/0001-00, contra a decisão da Pregoeira que classificou a empresa MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, CNPJ nº 10.328.834/0001-84, no Pregão Eletrônico nº 29/2019, que tem como objeto a contratação sob demanda de serviços de refeições prontas transportadas, para os refeitórios da UNILAB, Campus da Liberdade – Redenção/CE, Campus de Auroras – Redenção/CE e Unidade Acadêmica Palmares – Acarape/CE, com concessão onerosa de uso de espaço público, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Após o encerramento da fase ‘análise das propostas de preços’, classificação e julgamento final e, conseqüentemente, abertura de prazo para Intenção de Recurso. A empresa I S M GOMES DE MATTOS EIRELI apresentou intenção de recurso, sendo acatada pela pregoeira e, no prazo que lhe foi dado apresentou suas razões e a empresa MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI apresentou sua contrarrazão. Assim, sendo constatado os seguintes fatos:

#### **2. DAS RAZÕES**

A recorrente I S M GOMES DE MATTOS EIRELI apresentou suas razões em síntese nos seguintes termos, de que a Recorrida: - não indicação da “Conta Corrente” da empresa; - proposta de preço sem a rubrica do seu Representante legal na primeira folha; - suprimiu diversas páginas do seu 2º Aditivo do Contrato; - não apresentou CERTIDÃO DE REGISTRO E

QUITACÃO (CRQ) válida; - e cotou em sua planilha de custos e formação de preços, para diversos cargos que a compõem valor inferior ao salário mínimo.

### 3. DAS CONTRARRAZÕES

A MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, por sua vez, alegou em sua contrarrazão, conforme disposto resumidamente a seguir: - a segunda página da proposta de preço, onde consta o valor global dos serviços, está devidamente assinada; - somente deixou de apresentar algumas folhas de um dossiê que era composto, além do aditivo contratual propriamente dito, por uma capa, requerimentos dirigidos à Junta Comercial e despachos administrativos; - a CRQ apresentada pela Recorrida fora expedida após alteração contratual e esta não invalidou a CRQ, até porque, conforme consignado na própria certidão, só conduzem à invalidade da CRQ as alterações ocorridas após a sua emissão; - após a apresentação da planilha de custo, essa Comissão promoveu diligências, o que deu ensejo à apresentação de uma nova planilha por parte da Recorrida.

### 4. DA ANÁLISE

Examinando cada ponto discorrido na peça recursal da empresa Recorrente e, ainda, **analisando em conjunto com a área técnica demandante** deste pregão, analisamos que:

Inicialmente, esclarecemos que no âmbito jurídico temos a classificação dos diversos tipos de erro: a) erro formal; b) erro material e c) erro substancial. Em especial, o erro formal não vicia e nem torna inválido o documento. Haverá um erro formal no documento quando for possível, pelo contexto e pelas circunstâncias, identificar a coisa e validar o ato. Se um documento é produzido de forma diferente da exigida, mas alcançou os objetivos pretendidos ou a finalidade essencial, reputar-se-á válido.

Decisões do Tribunal de Contas da União são frequentes em prestigiar o entendimento da adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório. O formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável, nesse sentido:

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)

Na condução de licitações, falhas sanáveis, meramente formais, identificadas na documentação das proponentes não devem levar necessariamente à inabilitação ou à desclassificação, cabendo à comissão de licitação promover as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o

processamento do certame (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3340/2015)

É indevida a desclassificação de licitantes por questão formal irrelevante. (Acórdão 3278/2011)

Constitui-se excesso de rigor a desclassificação de licitantes por conta de erro formal na apresentação da proposta e da documentação exigida. (Acórdão 1924/2011)

Consideramos, seguindo esse entendimento, que são exemplos de erro formal apresentados pela Recorrida MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI na presente licitação:

- Erro na indicação da “Conta Corrente” da empresa. A empresa enviou proposta ajustada ao último lance com seus dados bancários e apresentando erro de formatação com um corte no último número da conta corrente;
- Erro na proposta de preço sem a rubrica do seu Representante legal na primeira folha, porém consta assinatura do responsável pela empresa ao final da proposta e essa assinatura está na mesma página no qual consta o valor global dos serviços de modo que não restam dúvidas sobre os termos em que a Recorrida se obrigou. Lembramos que para o licitante ter acesso ao Comprasnet precisa ter cadastro no SICAF e certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil; e
- Erro no envio com apenas páginas nº 04 a 10 do seu 2º Aditivo do Contrato. A empresa entregou na Divisão de Licitação o 2º aditivo do contrato que foi anexado aos autos do processo, e as páginas suprimidas era apenas uma capa, requerimentos dirigidos à Junta Comercial e despachos administrativos.

Relativo à suposta invalidade da Certidão de Registro e Quitação (CRQ) alegado pela Recorrente, encaminhamos a área técnica demandante para análise do Recurso e emissão de parecer que decidiu:

2.2. Relativo à invalidade da Certidão de Registro e Quitação (CRQ), devido à desatualização do registro da empresa MEIO DIA REFEIÇÕES: o Art. 10 da resolução nº 378/2005 do Conselho Federal de Nutricionistas considera nula de pleno direito a CRQ que deixar de corresponder à situação atualizada do registro da pessoa jurídica no CRN. Não obstante, na Contrarrazão da Empresa MEIO DIA REFEIÇÕES (0100265) consta a afirmação do Conselho Regional de Nutricionista (CRN6) da validação da CRQ atual da licitante até a emissão do documento atualizado, sendo válida para o setor demandante a orientação do CRN6; (Documento SEI nº 0100629)

Verificamos, ainda, que no documento “ALTERAÇÃO Nº 02, COM CONSOLIDAÇÃO” a alteração do objeto social da empresa ocorreu na data no 31 de julho de 2019, e que a Certidão de Registro e Quitação foi expedida no dia 12 de agosto de 2019, com validade até 15/07/2020. Assim, a conferência das citadas datas mostra coerência com a ressalva: “qualquer alteração ocorrida, em um ou mais dados da empresa, após a emissão desta certidão, torna o documento inválido”.

O Edital do Pregão 29/2019 afirma que falhas no preenchimento da planilha não são motivo para a desclassificação da proposta e que o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, conforme itens abaixo:

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

(...)

8.12.2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;

(...)

22.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação. (grifo nosso)

O pregoeiro, no ato da convocação do dia 18/12/2019, remeteu toda documentação anexada pela empresa no Comprasnet, a área técnica teve dúvidas e percebeu falhas na planilha de custo e formação de preço da licitante MEIO DIA REFEIÇÕES, conforme despacho remetido e constante nos autos (Documento SEI Nº 0083153). Entretanto, a empresa comprometeu-se a corrigir as falhas verificadas sem a majoração do preço global e a exequibilidade da proposta, além de enviar documentações que sanariam as dúvidas da área técnica, como Notas Fiscais, Termo de Referencias etc. Desta forma, realizamos diligências durante a fase de análise de proposta, afim de esclarecer e/ou complementar as especificações já constantes inicialmente na proposta, conforme permitido no art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (grifo nosso)

A promoção de diligência, no presente caso, é incentivada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, como ocorrido nos Acórdões citados abaixo:

O fato de o licitante apresentar composição de custo unitário contendo salário de categoria profissional inferior ao piso estabelecido em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho é, em tese, somente erro formal, o qual não enseja a desclassificação da proposta, podendo ser saneado com a apresentação de nova composição de custo unitário desprovida de erro, em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público. (Acórdão 719/2018-Plenário)

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário)

É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 3615/2013 – Plenário)

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário). (grifo nosso)

A área técnica demandante desta Universidade concluiu que as informações constantes no Atestado de Capacidade Técnica e esclarecidas em diligências realizadas são suficientes para considerar a proposta da Empresa MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI em conformidade com o solicitado no edital, segundo parecer constante nos autos (Documento SEI Nº 0093795).

Vale informar que a pregoeira avisou a todos os licitantes via chat do Comprasnet, no dia 28/01/2020, que todas documentações enviadas pela empresa MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, a fim de esclarecimento às diligências realizadas, foram disponibilizadas no site da universidade e justificou-se que tais documentações não foram anexadas via Comprasnet devido ao grande volume (em MB) dos mesmos, conforme fragmento da ata abaixo:

Pregoeiro	28/01/2020 15:11:20	Boa tarde! Senhores licitantes, estamos retomando o Pregão SRP nº 29/2019. Informamos que daremos continuidade no dia 30/janeiro (quinta-feira), a partir das 09:30hs (Horário de Brasília).
Pregoeiro	28/01/2020 16:11:25	Informamos que realizamos diversas diligências junto a empresa Meiodia Refeições. Devido a dificuldades em anexar o grande volume de documentos, informamos que estarão disponíveis no site da Unilab, no seguinte link: <a href="http://www.unilab.edu.br/licitacoes-2019/">http://www.unilab.edu.br/licitacoes-2019/</a>

## 5. DA DECISÃO

Pelo exposto, em respeito à legislação, os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais correlatos e em estrita observância aos princípios da Licitação e, ainda, **analisando em conjunto com a área técnica demandante** deste pregão, decido pelo **INDEFERIMENTO** do Recurso e consequente manutenção dos atos praticados.

Desta forma, nada mais havendo a relatar, submetemos à Autoridade Administrativa Superior para apreciação e decisão, tendo em vista o princípio do duplo grau de jurisdição e conforme preceitua Art. 8º, incisos IV, V e VI, do Decreto 5.450/05.

Aline Alves da Silva  
Pregoeira UNILAB